

Aimé Césaire

DISCURSO

SOBRE

O

COLONIALISMO

Prefácio de Mário de Andrade

LIVRARIA SÁ DA COSTA EDITORA  
Augusto Sá da Costa, Lda.  
Rua Garrett, 100-102, Lisboa

1.<sup>a</sup> edição, 1978

© Éditiones Présence Africaine, 1955

© Prefácio, Sá da Costa Editora, 1977

Reservados todos os direitos de harmonia com a lei em vigor

---

Título original: *Discours sur le colonialisme*  
Tradução do francês por Noémia de Sousa  
Capa de Vítor da Silva

Impresso em Portugal

---

## Prefácio

---

Eis uma obra que dispensa o olhar dos prefaciadores. Moldado no estilo vulcânico de que o poeta Aimé Césaire possui o segredo, o *discurso* é tão transparente que a sua substância só se presta a uma interpretação: trata-se do processo dos valores da Europa capitalista, responsável por um odioso empreendimento etnocidário — a colonização; e, nessa perspectiva, é o requisitório mais virulento que um escritor negro jamais lançou, com tamanho talento, ao rosto dos opressores. Talvez convenha precisá-lo desde já: o autor dirigia-se aos intelectuais burgueses que pretendiam representar então a consciência liberal, mas também a todos os militantes fincados, do outro lado da barricada, na revolta nacionalista. Foram estes últimos, como se verá mais adiante, que melhor utilizaram este livro explosivo.

Se me permito a intrusão destas quantas páginas, prevalecendo-me dos laços de amizade que há vinte anos me ligam a Césaire, é para recordar aos leitores que vão descobrir o *Discurso sobre o Colonialismo* na sua versão portuguesa, as circunstâncias e o contexto histórico em que este brulote foi aceso. Escrito inicialmente como um

artigo, pedido ao autor por uma revista efémera que estava longe de arvorar ideias progressistas, o texto foi objecto duma primeira edição em 1950 e de outra, revista e aumentada, cinco anos mais tarde\*. Inscrevia-se de chofre no âmago do principal acontecimento que, no amanhã da segunda guerra mundial, modelava o devir dos povos saqueados pela História, a saber: a reconquista da *identidade*, materializada pela luta de libertação nacional.

Situado no próprio terreno duma certa *intelligentsia* europeia, lá onde ela pretendia ser a única a julgar os homens, a valorizar as culturas e a compreender as sociedades, Césaire compõe este *discurso* (no sentido literal do termo, como era entendido no século XVIII), para expor e, de caminho, pulverizar a falaciosa argumentação dos grandes pontífices do saber «universal».

Abordando os mais diversos domínios culturais — literatura, política, etnologia, filosofia — ele revela e desmascara o racista que se ignora ou o moralista de generosas intenções colonizantes.

Mas situemos, entre as duas edições da obra, um texto da mesma veia, publicado em 1954: «O Colonialismo não Morreu»\*\*. Trata-se duma vasta e brilhante ilustração dos primeiros postulados enunciados no *discurso*. Auxiliado por numerosos exemplos colhidos nos testemunhos de colonialistas ferrenhos (Albert Sarraut), dos grandes pioneiros (marechal Bugeaud, coronel de Montagnac, conde d'Hérissou), de administradores (Vigne d'Octon), de escritores (Pierre Loti), e apoiando-se, em contraponto, na denúncia de deputados africanos (Boganda)

\* Éditions Réclame e Présence Africaine, Paris.

\*\* *La Nouvelle Critique*, Janeiro de 1954.

pronunciada em sessões da Assembleia da IV República, Césaire faz desfilar diante dos olhos dos leitores o vasto fresco dos horrores da dominação francesa em África, em Madagáscar, na Indochina e nas Antilhas. Tudo isso permite apreender melhor a *essência* do colonialismo que, segundo a sua demonstração, se reveste de dois aspectos: o de um «regime de exploração desenfreada de imensas massas humanas que tem a sua origem na violência e só se sustém pela violência», e o de uma «forma moderna de pilhagem». Sendo o genocídio a lógica normal, o colonialismo é portador de racismo\*. E é nesta gigantesca *catarsis* colectiva que o colonialismo desciviliza simultaneamente o colonizador e o colonizado.

A condenação da civilização europeia foi irrefutável. Ao que sei, ninguém, entre os plumitivos da época, se arriscou a responder ao panfleto, aliás de natureza polémica. Contentaram-se, aqui e ali, em *catalogar* Césaire entre os negros praticantes do racismo ao contrário ou pregadores do regresso ao passado nostálgico das tradicionais civilizações africanas...

As páginas mais rigorosas de Aimé Césaire sobre o colonialismo articulam-se, pois, com um momento de extrema intensidade dramática para os povos colonizados. Enraizam-se na trama dos acontecimentos que nessa época

\* Jean-Paul Sartre pronuncia-se no mesmo sentido: «De facto a colonização não é uma mera conquista — como foi, em 1850, a anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha —; é, necessariamente, um genocídio cultural: não se pode colonizar sem liquidar sistematicamente os traços particulares da sociedade indígena ao mesmo tempo que se nega aos seus membros que se integrem na Metrópole e beneficiem das suas vantagens.» «Le Génocide». Artigo in *Les Temps Modernes*, Dezembro de 1967.

faziam a história da Ásia e da África, sobretudo através do Vietminh, do R.D.A. (Rassemblement Démocratique Africain) e da F.L.N. da Argélia. Muito mais: exprimem o pensamento dos nacionalistas revolucionários. Por toda a parte onde comunidades de colonizados (especialmente dos países negro-africanos) se viam confrontados com a necessidade profunda de dizer a verdade das lutas populares, estes textos eram assimilados como a fonte nutridora da revolta, a alavanca da consciência anticolonialista. Essa é a razão porque o *discurso* se tornou uma arma preciosa no combate ideológico, o *livro vermelho* dos militantes, fossem eles professores primários, jovens, funcionários, sindicalistas ou intelectuais.

O impacto deste livro tão breve quanto incisivo provinha do facto de, na opinião dos militantes, ir direito ao essencial: ao vivido do colonizado. Penetrar no essencial do colonialismo, significava, ao mesmo tempo, desmontar os mecanismos de exploração do sistema, desvendar as contradições do pensamento burguês na matéria, mas também indicar as vias que permitiam triunfar sobre «esta vergonha do século XX».

Ora, neste último aspecto, se nos cingirmos exclusivamente ao *discurso*, a visão do autor pode parecer, hoje, marcada por um certo idealismo. Ele admite-o sem reservas. É certo que Césaire estigmatiza sem rodeios os limites históricos atingidos tanto pelo sistema colonial como pelo capitalismo e lança o grito de alarme contra a eventual disposição dos colonizados «a correrem o grande risco 'yankee'». Mas, adoptando o ponto de vista do Partido a que então pertencia (o Partido Comunista Francês), o escritor, ao concluir a sua exposição, dirige-se à *outra* Europa nestes termos:

«... De sorte que, se a Europa Ocidental não toma de moto próprio, em África, na Oceânia, em Madagáscar... a iniciativa duma política das *nacionalidades*, a iniciativa duma política nova fundada no respeito dos povos e das culturas; que digo eu? Se a Europa não galvaniza as culturas moribundas ou não suscita culturas novas; se não se torna despertadora de pátrias e civilizações, isto sem tomar em conta a admirável resistência dos povos coloniais, que o Vietname simboliza actualmente de maneira esplendorosa assim como a África do R.D.A., a Europa terá perdido a sua derradeira oportunidade e, por suas próprias mãos, puxado sobre si o lençol das trevas mortais.»

Sobre este ponto, o pensamento político de Aimé Césaire merece ser clarificado e sobretudo actualizado, à luz dos seus escritos posteriores. Há quem argumente que o *discurso* não insiste suficientemente na dinâmica do *facto nacional* criado pelos movimentos de libertação. Césaire vai justamente aprofundar uma noção pela qual se baterá no terreno concreto: *o direito à iniciativa histórica* dos povos, noutros termos, *o direito à personalidade*.

Na sua célebre intervenção no primeiro Congresso dos Escritores e Artistas Negros, nessa febril sessão da tarde de 20 de Setembro de 1956, o poeta, tirando a conclusão sobre as relações entre a situação colonial e a cultura, defende a necessidade militante de os intelectuais se comprometerem na via da libertação do *demiurgo*, mais claramente, na luta popular de libertação nacional.

«*Soou a hora de nós mesmos*» — acrescentaria, um mês depois, para bem mostrar que, de futuro, a tomada da iniciativa seria total. Ou ainda: «Só a África pode revitalizar, repersonalizar as Antilhas.» Ora, a *tomada de*



*consciência nacional* manifestou-se nas Antilhas sob a dominação francesa na luta contra o estatuto de departamentalização, da mesma maneira que as nações africanas se constituíram no decurso da luta contra o colonialismo e no período que se seguiu à emergência e à consolidação dos Estados independentes. Com efeito, a *coesão psíquica* engendrada pelo afrontamento directo do sistema colonial ganhou relevo com o efeito integrador veiculado pelo factor político-ideológico. E é por essa razão que o Partido de Césaire (o Partido Progressista Martiniquês) foi o primeiro a proclamar a Martinica como nação.

De tal sorte que o postulado da *iniciativa* precisou-se no pensamento de Césaire e tomou o mesmo sentido que Amílcar Cabral formulou nesta noção: o direito dos povos, em situação colonial, a terem a sua própria história\*.

Para voltar ao *Discurso sobre o Colonialismo*, somos devedores de Césaire por ter levado ao tribunal dos povos os mistificadores do nosso comum destino e reinsuflado ânimo na vaga vibrante do movimento de libertação nacional. Sinal de fidelidade à África e muito para além, à universalidade — de toda a fome e sede humanas. Aimé Césaire, sempre presente nas mutações da África, saúda-nos:

.....  
da minha ilha longínqua  
da minha ilha em vigília  
eu vos digo Hô!

\* «... a libertação nacional dum povo é a reconquista da personalidade histórica desse povo, é o seu regresso à História, pela destruição da dominação imperialista a que esteve sujeito». *Fundamentos e objectivos da libertação nacional em relação com a estrutura social*, in «A arma da Teoria». Seara Nova. 1976.

.....  
Vejo a África múltipla e una  
vertical na sua tumultuosa peripécia  
com os seus refegos, os seus nódulos  
um pouco à parte, mas ao alcance  
do século, como um coração de reserva \*

Mário Andrade, Maio de 1976

\* *Pour saluer le tiers-monde*, in Ferrements. Éditions du Seuil. 1960.

Uma civilização que se revela incapaz de resolver os problemas que o seu funcionamento suscita, é uma civilização decadente.

Uma civilização que prefere fechar os olhos aos seus problemas mais cruciais, é uma civilização enferma.

Uma civilização que trapaceia com os seus princípios, é uma civilização moribunda.

A verdade é que a civilização dita «europeia», a civilização «ocidental», tal como a modelaram dois séculos de regime burguês, é incapaz de resolver os dois problemas maiores a que a sua existência deu origem: o problema do proletariado e o problema colonial; que, essa Europa acusada no tribunal da «razão» como no tribunal da «consciência», se vê impotente para se justificar; e se refugia, cada vez mais, numa hipocrisia tanto mais odiosa quanto menos susceptível de ludibriar.

*A Europa é indefensável.*

Parece que é esta a constatação que se confiam, baixinho, os estrategas americanos.

O que, em si, não é grave.

O que é grave é que «a Europa», moralmente, espiritualmente, é indefensável.

E acontece que hoje não são unicamente as massas europeias que incriminam, mas o acto de acusação é proferido no plano mundial por dezenas e dezenas de milhões de homens que, do fundo da escravidão, se erigem em juízes.

Pode-se matar na Indochina, torturar em Madagáscar, prender na África Negra, seviciar nas Antilhas. Os colonizados sabem, a partir de agora, que têm uma vantagem sobre os colonialistas. Sabem que os seus «amos» provisórios mentem.

Logo, que os seus amos são fracos.

E, porque hoje me pedem que fale da colonização e da civilização, vamos direito ao embuste principal, donde proliferam todos os outros.

Colonização e civilização?

A maldição mais comum nesta matéria é deixarmo-nos iludir, de boa fé, por uma hipocrisia colectiva, hábil em enunciar mal os problemas para melhor legitimar as soluções que se lhes aplicam.

Equivale a dizer que o fundamental, aqui, é ver claro, pensar claro — entenda-se, perigosamente —, responder claro à inocente questão inicial: o que é, no seu princípio, a colonização? Concordemos no que ela não é; nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de *Deus*, nem extensão do *Direito*; admitamos, uma vez por todas, sem vontade de fugir às consequências, que o gesto decisivo, aqui, é o do aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da

força, tendo por detrás a sombra projectada, maléfica, de uma forma de civilização que a dado momento da sua história se vê obrigada, internamente, a alargar à escala mundial a concorrência das suas economias antagónicas.

Prosseguindo a minha análise, verifico que a hipocrisia é recente; que nem Cortez, ao descobrir o México do alto do grande *téocalli*, nem Pizarro, diante de Cuzco (e muito menos Marco Polo, diante de *Cambaluc*), se proclamam os mandatários de uma ordem superior; que matam; que saqueiam; que possuem capacetes, lanças, cupidez; que os babujadores vieram mais tarde; que, neste domínio, o grande responsável é o pedantismo cristão, por ter enunciado equações desonestas: *cristianismo* = *civilização*; *paganismo* = *selvajaria*, de que só se podiam deduzir abomináveis consequências colonialistas e racistas, cujas vítimas haviam de ser os Índios, os Amarelos, os Negros.

Posto isto, admito que é bom pôr civilizações diferentes em contacto umas com as outras; que consorciar mundos diferentes é excelente; que uma civilização, seja qual for o seu génio íntimo, se estiola se se encerrar sobre si mesma; que, aqui, o intercâmbio é o oxigénio e que a grande sorte da Europa é ter sido uma encruzilhada e que o facto de ter sido o lugar geométrico de todas as ideias, o receptáculo de todas as filosofias, o ponto de acolhimento de todos os sentimentos, fez dela o melhor redistribuidor de energia.

Mas então, pergunto: a colonização pôs *verdadeiramente* em contacto? Ou, se se preferir, era ela a melhor das maneiras para se estabelecer o contacto?

Eu respondo *não*.

E digo que da *colonização* à *civilização* a distância é

infinita; que, de todas as expedições coloniais acumuladas, de todos os estatutos coloniais elaborados, de todas as circulares ministeriais expedidas, é impossível resultar um só valor humano.

---

2

---

Seria preciso estudar, primeiro, como a colonização se esmera em *descivilizar* o colonizador, em *embrutecê-lo*, na verdadeira acepção da palavra, em degradá-lo, em despertá-lo para os instintos ocultos, para a cobiça, para a violência, para o ódio racial, para o relativismo moral, e mostrar que, sempre que há uma cabeça degolada e um olho esvaziado no Vietname e que em França se aceita, uma rapariguinha violada e que em França se aceita, um Malgaxe supliciado e que em França se aceita, há uma aquisição da civilização que pesa com o seu peso morto, uma regressão universal que se opera, uma gangrena que se instala, um foco de infecção que alastra e que no fim de todos estes tratados violados, de todas estas mentiras propaladas, de todos estes prisioneiros manietados e «interrogados», de todos estes patriotas torturados, no fim desta arrogância racial encorajada, desta jactância ostensiva, há o veneno instilado nas veias da Europa e o progresso lento, mas seguro, do *asselvajamento* do continente.

E então, um belo dia, a burguesia é despertada por um terrível ricochete: as gestapos afadigam-se, as prisões

enchem-se, os torcionários inventam, requintam, discutem em torno dos cavaletes.

As pessoas espantam-se, indignam-se. Dizem: «Como é curioso! Ora! É o nazismo, isso passa!» E aguardam, e esperam; e calam em si próprias a verdade — que é uma barbárie, mas a barbárie suprema, a que coroa, a que resume a quotidianidade das barbáries; que é o nazismo, sim, mas que antes de serem as suas vítimas, foram os cúmplices; que o toleraram, esse mesmo nazismo, antes de o sofrer, absolveram-no, fecharam-lhe os olhos, legitimaram-no, porque até aí só se tinha aplicado a povos não europeus; que o cultivaram, são responsáveis por ele, e que ele brota, rompe, goteja, antes de submergir nas suas águas avermelhadas de todas as fissuras da civilização ocidental e cristã.

Sim, valeria a pena estudar clinicamente, no pormenor, os itinerários de Hitler e do hitlerismo e revelar ao burguês muito distinto, muito humanista, muito cristão do século XX que traz em si um Hitler que se ignora, que Hitler vive nele, que Hitler é o seu *demónio*, que se o vitupera é por falta de lógica, que, no fundo, o que não perdoa a Hitler não é o crime em si, o crime contra o homem, não é a humilhação do homem em si, é o crime contra o homem branco, a humilhação do homem branco e o ter aplicado à Europa processos colonialistas a que até aqui só os árabes da Argélia, os «coolies» da Índia e os negros de África estavam subordinados.

E aí está a grande censura que dirijo ao pseudo-humanismo: o ter, por tempo excessivo, apoucado os direitos do homem, o ter tido e ainda ter deles uma concepção estreita e parcelar, parcial e facciosa e, bem feitas as contas, sordidamente racista.

Falei muito de Hitler. É que ele merece-o: permite-nos uma visão ampla e permite-nos apreender que a sociedade capitalista, no seu estágio actual, é incapaz de fundar um direito das pessoas, tal como se revela impotente para fundar uma moral individual. Queira-se ou não: no fim deste beco sem saída chamado Europa, quero dizer, a Europa de Adenauer, de Schuman, Bidault e alguns outros, há Hitler. No fim do capitalismo, desejoso de se sobreviver, há Hitler. No fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler.

E, desde logo, uma das suas frases se me impõe:

«Nós aspiramos, não à igualdade, mas sim à dominação. O país de raça estrangeira deverá voltar a ser um país de servos, de jornaleiros agrícolas ou de trabalhadores industriais. Não se trata de suprimir as desigualdades entre os homens, mas de as amplificar e as converter em lei.»

Isto soa claro, arrogante, brutal, e instala-nos em plena selvajaria ululante. Mas desçamos um grau.

Quem fala? Tenho vergonha de o dizer: é o *humanista* ocidental, o filósofo «idealista». Que se chame Renan, é um acaso. Que tenha sido tirado dum livro intitulado *La Réforme Intellectuelle et Morale*, que tenha sido escrito em França, no amanhã de uma guerra que a França quisera que fosse do direito contra a força, diz muito sobre a ética burguesa.

«A regeneração das raças inferiores ou abastardadas pelas raças superiores está dentro da ordem providencial da humanidade. O homem do povo é quase sempre, entre nós, um nobre renegado, a sua mão pesada é mais atreita ao manejo da espada do que do utensílio servil. Prefere bater-se a trabalhar, isto é, regressa ao seu primeiro estado. *Regere imperio populos*, eis a nossa vocação.

Derramai esta devorante actividade sobre os países que, como a China, concitam a conquista estrangeira. Dos aventureiros que desinquietam a sociedade europeia, fazei um *ver sacrum*, um enxame como os dos Francos, dos Lombardos, dos Normandos, e cada qual estará no seu papel. A natureza gerou uma raça de operários — é a raça chinesa — duma maravilhosa destreza de mão e quase sem nenhum sentimento de honra; governai-a com justiça, cobrando-lhe, pelo benefício de tal governo, um amplo erário em proveito da raça conquistadora, e ela ficará satisfeita; uma raça de trabalhadores da terra, é o negro; sede para ele bom e humano e tudo estará em ordem; uma raça de senhores e soldados é a raça europeia. Que se reduza esta nobre raça a trabalhar no ergástulo como os negros e os Chineses, e ela revolta-se. Entre nós, todo o revoltado é, mais ou menos, um soldado que errou a vocação, um ser feito para a vida heróica e que constrangeram a *uma tarefa contrária à sua raça*, mau operário, soldado bom de mais. Ora a vida que revolta os nossos trabalhadores faria a felicidade dum chinês, dum *fellah*, seres de maneira alguma militares. «*Que cada qual faça aquilo para que nasceu e tudo correrá bem.*»

Hitler? Rosenberg? Não, Renan.

Mas desçamos ainda mais um grau. E é o político verboso. Quem protesta? Ninguém, que eu saiba, quando o senhor Albert Sarraut, botando discurso aos alunos da Escola Colonial, lhes ensina que seria pueril opor aos empreendimentos europeus de colonização «um pretenso direito de ocupação e não sei que outro direito de feroz isolamento que perpetuaria em mãos incapazes a vã posse de riquezas desaproveitadas».

E quem se indigna ao ouvir um certo Rev. P.<sup>o</sup> Barde

assegurar que os bens deste mundo, «se ficassem indefinidamente repartidos, como o seriam sem a colonização, não corresponderiam nem aos desígnios de Deus, nem às justas exigências da colectividade humana»?

Dado — como o afirma o seu confrade em cristianismo, o Rev. P.<sup>o</sup> Muller — «... que a humanidade não deve, não pode tolerar que a incapacidade, a incúria, a preguiça dos povos selvagens deixem indefinidamente sem emprego as riquezas que Deus lhes confiou para as colocarem ao serviço do bem de todos».

Ninguém.

Quero dizer: nem um escritor encartado, nem um académico, nem um prégador, nem um político, nem um cruzado do direito e da religião, nem um «defensor da pessoa humana».

E, todavia, pela boca dos Sarraut e dos Barde, dos Muller e dos Renan, pela boca de todos os que julgavam e julgam lícito aplicar aos povos extra-europeus, e em benefício de nações mais fortes e melhor equipadas, «uma espécie de expropriação por motivo de utilidade pública», era já Hitler que falava!

Onde quero eu chegar? A esta ideia: que ninguém coloniza inocentemente, nem ninguém coloniza impune; que uma nação que coloniza, que uma civilização que justifica a colonização — portanto, a força — é já uma civilização doente, uma civilização moralmente ferida que, irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama o seu Hitler, isto é, o seu castigo.

Colonização: testa de ponte numa civilização da barbárie donde, pode, em qualquer momento, desembocar a negação pura e simples da civilização.

Da história das expedições coloniais respiguei algumas características que citei algures, com todo o vagar.

Isso não teve a sorte de agradar a toda a gente. Parece que é desenterrar cadáveres antigos. Vejamos:

Seria inútil citar o coronel de Montagnac, um dos conquistadores da Argélia?

«Para varrer as ideias que me assediam algumas vezes, mando cortar cabeças, não cabeças de alcachofras, mas verdadeiras cabeças de homens.»

Conviria recusar a palavra ao conde d'Hérissou?

«É verdade que trazemos um barril cheio de orelhas colhidas, par por par, aos prisioneiros, amigos ou inimigos.»

Deveria negar-se a Saint-Arnaud o direito de fazer a sua bárbara profissão de fé?

«Devasta-se, incendeia-se, pilha-se, destroem-se as casas e as árvores.»

Deveria impedir-se o marechal Bugeaud de sistematizar tudo isto numa teoria audaciosa e reivindicar-se dos egrégios antepassados?

«Impõe-se uma grande invasão em África que se assemelhe ao que faziam os Francos, ao que faziam os Godos.»

Deveria, enfim, relegar-se para as trevas do olvido o feito de armas memorável do comandante Gérard e silenciar a tomada de Ambike, cidade que, a bem dizer, nunca pensara em defender-se?

«Os atiradores não tinham ordem de matar senão os homens, mas não os contiveram: Ébrios com o odor do sangue, não pouparam nem uma mulher, nem uma criança... Ao fim da tarde, sob a acção do calor, uma pequena neblina se levantou: era o sangue das cinco mil

vítimas, a sombra da cidade, que se evaporava ao pôr-do-sol.»

Os factos são ou não verdadeiros? E as volúpias sádicas, as inomináveis delícias que fazem tremelicar a carcassa de Loti, quando retém, no fundo do seu binóculo de oficial, um bom massacre de Anamitas? Verdade ou mentira? E se estes factos são verídicos, como não está ao alcance de ninguém negá-lo, dir-se-á, para os minimizar, que estes cadáveres nada provam?

Quanto a mim, se recordei uns tantos detalhes dessas hediondas matanças, não foi por deleitação morosa, foi porque penso que estas cabeças humanas, estas colheitas de orelhas, estas casas queimadas, estas invasões góticas, este sangue que fumeja, estas cidades que se evaporam à lâmina do gládio, não é a tão baixo preço que nos desembaraçaremos delas. Provam que a colonização desumaniza, repito, mesmo o homem mais civilizado; que a acção colonial, a empresa colonial, a conquista colonial, fundada sobre o desprezo pelo homem indígena e justificada por esse desprezo, tende, inevitavelmente, a modificar quem a empreende; que o colonizador, para se

---

\* Trata-se do relato da tomada de Thouan-An, publicado em *Le Figaro*, em Dezembro de 1883, e citado no livro de N. Serban, *Loti, sa Vie, son Oeuvre*. «A grande chacina tinha então começado. Tinham-se feito fogos de salvas-duplas! E era um prazer ver esses ramalhetes de balas, tão facilmente dirigíveis, abaterem-se sobre eles duas vezes por minuto, obedecendo a um comando metódico e seguro... Viam-se alguns, absolutamente loucos, que se erguiam tomados por uma vertigem de correr... Em ziguezague e todos retorcidos, lançavam-se nesta corrida de morte, arregaçando-se até aos rins, duma maneira cómica... e depois divertíamos-nos a contar os mortos...» etc.



dar boa consciência se habitua a ver no outro *o animal*, se exercita a tratá-lo como *animal*, tende objectivamente a transformar-se, ele próprio, *em animal*. É esta acção, este ricochete da colonização, que importava assinalar.

Parcialidade? Não. Houve tempo em que estes mesmos factos eram motivo de vaidade e em que, seguros do amanhã, não se mastigavam as palavras. Uma última citação; vou buscá-la a um certo Carl Siger, autor de um *Ensaio sobre a Colonização*\*:

«Os países novos constituem um vasto campo aberto às actividades individuais, violentas, que nas metrópoles colidiriam com certos preconceitos, com uma concepção ajuizada e regrada da vida, e que nas colónias podem desenvolver-se mais livremente e, por conseguinte, afirmar melhor o seu valor. Assim, as colónias podem, até certo ponto, servir de válvula de segurança da sociedade moderna. Se esta utilidade fosse a única seria imensa.»

Em verdade, há taras que ninguém pode reparar e que nunca se acabaram de expiar.

Mas falemos dos colonizados.

Bem vejo o que a colonização destruiu: as admiráveis civilizações índias e que nem Deterding, nem a Royal Dutch, nem a Standard Oil jamais me consolarão dos Aztecas e dos Incas.

Bem vejo — condenadas a prazo — as civilizações em que a colonização introduziu um princípio de ruína: Oceânia, Nigéria, Niassalândia. Vejo menos bem o que ela lhes trouxe.

Segurança? Cultura? Juridismo? Entretanto, olho e vejo por toda a parte onde existem, frente a frente, coloniza-

\* Carl Siger, *Essai sur la Colonisation*, Paris, 1907.

dores e colonizados, a força, a brutalidade, a crueldade, o sadismo, o choque, e, parodiando a formação cultural, a fabricação apressada de uns tantos milhares de funcionários subalternos, «boys», artesãos, empregados de comércio e intérpretes necessários à boa marcha dos negócios.

Falei de contacto.

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

Nenhum contacto humano, mas relações de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitê, chicote e o homem indígena em instrumento de produção.

É a minha vez de enunciar uma equação: *colonização* = *coisificação*.

Ouçó a tempestade. Falam-me de progresso, de «realizações», de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios.

Eu, eu falo de sociedades esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificências artísticas aniquiladas, de extraordinárias *possibilidades* suprimidas.

Lançam-me à cara factos, estatísticas, quilometragens de estradas, de canais, de caminhos de ferro.

Mas eu falo de milhares de homens sacrificados no Congo-Oceano. Falo dos que, no momento em que escrevo, cavam à mão o porto de Abidjan. Falo de milhões de homens arrancados aos seus deuses, à sua terra, aos seus hábitos, à sua vida, à vida, à dança, à sabedoria.



Falo de milhões de homens a quem inculcaram sabiamente o medo, o complexo de inferioridade, o tremor, a genuflexão, o desespero, o servilismo.

Lançam-me em cheio aos olhos toneladas de algodão ou de cacau exportado, hectares de oliveiras ou de vinhas plantadas.

Mas eu falo de *economias* naturais, de *economias* harmoniosas e viáveis, de *economias* adaptadas à condição do homem indígena desorganizadas, de culturas de subsistência destruídas, de subalimentação instalada, de desenvolvimento agrícola orientado unicamente para benefício das metrópoles, de rapinas de produtos, de rapinas de matérias-primas.

Ufanam-se de abusos suprimidos.

Eu também, também eu falo de abusos, mas para dizer que aos antigos — muito reais — sobrepujaram outros — muito detestáveis. Falam-me de tiranos locais trazidos à razão; porém constato que, regra geral, eles fazem muito boa parilha com os novos e que, destes aos antigos e vice-versa, se estabeleceu, em detrimento dos povos, um circuito de bons serviços e cumplicidade.

Falam-me de civilização, eu falo de proletarianização e de mistificação.

Quanto a mim, faço a apologia sistemática das civilizações para-europeias.

Cada dia que passa, cada negação de justiça, cada carga policial, cada reclamação operária afogada em sangue, cada escândalo abafado, cada expedição punitiva, cada viatura de C.R.S., cada polícia e cada miliciano fazem-nos sentir o preço das nossas velhas sociedades.

Eram sociedades comunitárias, nunca de todos para alguns.

Eram sociedades não só pré-capitalistas, como se disse, mas também *anticapitalistas*.

Eram sociedades democráticas, sempre.

Eram sociedades cooperativas, sociedades fraternais.

Faço a apologia sistemática das sociedades destruídas pelo imperialismo.

Elas eram um facto, não tinham a mínima pretensão de ser uma ideia, não eram, apesar dos seus defeitos, odiosas ou condenáveis. Contentavam-se em ser. Perante elas, nem a palavra *derrota* nem a palavra *calamidade* tinham sentido. Elas reservavam, intacta, a esperança.

Enquanto que essas são as únicas palavras que se podem aplicar, com toda a honestidade, aos empreendimentos europeus fora da Europa. A minha única consolação é que as colonizações passam, as nações dormitam apenas um momento e os povos ficam.

Posto isto, parece que em certos meios se fingiu descobrir em mim um «inimigo da Europa» e um profeta do regresso ao passado pré-europeu.

Pelo meu lado, busco em vão onde pude defender tais argumentos; onde me viram subestimar a importância da Europa na história do pensamento humano; onde me ouviram prègar um qualquer *regresso*; onde me viram pretender que podia haver *regresso*.

A verdade é que eu disse uma coisa totalmente diferente, a saber: que o grande drama histórico da África não foi tanto o seu contacto demasiado tardio com o resto do Mundo, como a maneira como esse contacto se operou; que foi no momento em que a Europa caiu nas mãos dos financeiros e capitães da indústria, os mais desprovidos de escrúpulos, que a Europa se «propagou»; que o nosso azar quis que fosse essa a Europa que encontramos no

nosso caminho e que a Europa tem contas a prestar perante a comunidade humana pela maior pilha de cadáveres da história.

Aliás, ao julgar a acção colonizadora, acrescentei que a Europa se acomodou bastante bem com todos os feudais indígenas que aceitavam servir; urdiu com eles uma cumplicidade viciosa; tornou a sua tirania mais efectiva e mais eficaz, e que a sua acção tendeu nada menos que a prolongar artificialmente a sobrevivência dos passados locais no que eles continham de mais pernicioso.

Eu disse — e é muito diferente — que a Europa colonizadora enxertou o abuso moderno na antiga injustiça, o odioso racismo na velha desigualdade.

Se é um processo de intenção que me movem, mantenho que a Europa colonizadora é desleal ao legitimar *a posteriori* a acção colonizadora pelos evidentes progressos materiais realizados em certos domínios sob o regime colonial, dado que a *mutação brusca* é sempre possível, em História como em qualquer outro capítulo; que ninguém sabe a que estágio de desenvolvimento teriam chegado esses mesmos países sem a intervenção europeia; que o equipamento técnico, a reorganização administrativa, numa palavra, «a europeização» da África ou da Ásia não estavam — como o prova o exemplo japonês — de modo algum ligados à *ocupação* europeia; que a europeização dos continentes não europeus podia processar-se doutra maneira que não sob a bota da Europa; que esse movimento de europeização *estava em curso*; que foi mesmo afrouxado; que em todo o caso foi falseado pela dominação da Europa.

A prova é que actualmente são os indígenas de África ou da Ásia que reclamam escolas e é a Europa colonizadora

que as recusa; que é o homem africano que pede portos e estradas e é a Europa colonizadora que regateia; que é o colonizado que quer avançar e é o colonizador que o retém.

Passando adiante, penso claramente que na hora presente a barbárie da Europa Ocidental é incrivelmente elevada, só ultrapassada, de muito longe, é certo, pela *americana*.

E não falo de Hitler, nem do comitê, nem do aventureiro, mas do «homem digno» do lado; nem do S.S., nem do «gangster», mas do honesto burguês. A candura de Léon Bloy indignava-se outrora porque escroques, perjuros, falsários, ladrões, proxenetas eram incumbidos de «levar às Índias o exemplo das virtudes cristãs».

O progresso está em que hoje é o detentor das «virtudes cristãs» que disputa a honra — e sai-se muito bem — de administrar no ultramar usando os processos dos falsários e dos torcionários.

Sinal de que a crueldade, a mentira, a baixeza, a corrupção contaminaram maravilhosamente a alma da burguesia europeia.

Repito que não falo de Hitler, do S.S., do «pogrom», da execução sumária. Mas sim desta reacção surpreendida, daquele reflexo admitido, dessoutro cinismo tolerado. E, se querem testemunhos, de certa cena de histeria

antropofágica à qual me foi dado assistir na Assembleia Nacional francesa.

Caramba, meus caros colegas (como se diz) tiro-lhes o chapéu (o meu chapéu de antropófago, bem entendido).

Vede só! Noventa mil mortos em Madagáscar! A Indochina calcada, triturada, assassinada, torturas arrancadas do fundo da Idade Média! E que espectáculo! O frémito de satisfação que vos revigorava as sonolências! Os clamores selvagens! Bidault, com o seu ar de hóstia enconchada — a antropofagia hipócrita e santinha de pau carunchoso; Teitgen, coca-bichinhos como o diabo, o Aliboron da desmiolagem — a antropofagia das Pandectas; Moutet, a antropofagia aciganada, a frivolidade roncante e o unto sobre a cabeça; Coste-Fleuret, a antropofagia feita má educação e grosseria.

Inolvidável, meus senhores! Com belas frases solenes e frias como cordas atam de pés e mãos o Malgaxe. Com algumas palavras convencionadas, apunham-no. Apenas o tempo de se molhar o gasganete, e estripam-no. Belo trabalho! Nem uma gota de sangue se perderá!

Os que vão até ao fundo, nunca deitando água na fervura. Os que, como Ramadier, pintalgam o rosto — à maneira de Sileno; Fonlup-Esperaber\*, que engoma os bigodes, género velho-Gaulês-de-cabeça-redonda; o velho Desjardins, debruçado sobre os eflúvios da dorna e inebriando-se como de um vinho doce. A violência! A dos fracos. Significativo: não é pela cabeça que as civilizações apodrecem. É primeiro pelo coração.

\* No fundo não é mau rapaz, como a seguir se provou, mas desenfreado nesse dia.

Confesso que, pela saúde da Europa e da civilização, esses «mata! mata!», esses «é preciso que o sangue jorre», arrotados pelo ancião trémulo e pelo bom jovem, aluno dos santos padres, impressionam-me muito mais desagradavelmente do que o mais sensacional dos «hold-up» à porta dum banco parisiense.

E isso, estais a ver, nada tem de excepcional.

A regra, pelo contrário, é a velhacaria burguesa. Velhacaria cuja pista seguimos há um século. Auscultamo-la, surpreendêmo-la, sentimo-la, seguimo-la, perdemo-la, reencontramo-la, perseguimo-la e ela desdobra-se, cada dia mais nauseabunda. Oh! O racismo destes senhores não me vexa. Não me indigna. Limito-me a tomar nota. Constatato-o, é tudo. Quase lhe estou grato por se exprimir e aparecer em pleno dia, como sinal. Sinal de que a intrépida classe que outrora se ergueu ao assalto das Bastilhas tem as pernas cortadas. Sinal de que se sente mortal. Sinal de que se sente cadáver. E quando o cadáver gagueja, o resultado são coisas deste sabor:

«Havia uma extrema verdade neste primeiro movimento dos Europeus que *se recusaram, no século de Colombo, a reconhecer seus semelhantes homens degradados que povoavam o novo mundo...* Era impossível fixar um instante o olhar no selvagem sem ler o anátema escrito, não digo somente na sua alma, mas *até na forma exterior do seu corpo.*»

E está assinado Joseph de Maistre.

(Aqui temos a versão mística.)

E depois dá ainda isto:

«Sob o ponto de vista de selecção, consideraria deplorável o desenvolvimento numérico muito grande dos elementos amarelos e negros que seriam de eliminação

diffícil. Se, todavia, a sociedade futura se organizar numa base dualista, *com uma classe dolico-loira dirigente e uma classe de raça inferior confinada à mais grosseira mão-de-obra, é possível que este último papel incumba aos elementos amarelos e negros*. Neste caso, aliás, não seria um embaraço, mas uma vantagem para os dolico-loiros... *É preciso não esquecer que (a escravatura) nada tem de mais anormal que a domesticação do cavalo ou do boi*. Portanto, é possível que reapareça no futuro sob uma forma qualquer. Provavelmente, isso produzir-se-á mesmo de maneira inevitável se a solução simplista não intervier: uma só raça superior, nivelada por selecção.»

Aqui, é a versão cientista e está assinado Lapouge.

E dá ainda isto (desta vez, a versão literária):

«Sei que devo crer-me superior aos pobres Bayas da Mambéré. *Sei que devo ter orgulho do meu sangue*. Quando um homem superior cessa de se crer superior, cessa efectivamente de ser superior... *Quando uma raça superior deixa de se crer uma raça eleita, deixa efectivamente de ser uma raça eleita.*»

E é assinado Psichari-soldado-de-África.

Traduzido em gíria jornalística, obtemos Faguet:

«No fim de contas, o Bárbaro é da mesma raça que o Romano e o Grego. É um primo. O Amarelo, o Negro, não é de maneira nenhuma nosso primo. Existe aqui uma verdadeira diferença, uma verdadeira distância — e muito grande — *etnológica*. *Afinal, a civilização nunca foi feita até agora senão pelos Brancos* ... Se a Europa se tornasse amarela, haveria certamente uma regressão, um novo período de obscurantismo e de confusão, isto é, uma segunda Idade Média.»

E mais abaixo, sempre mais abaixo, até ao fundo da

fossa, o mais abaixo ainda a que a pá possa descer, o senhor Jules Romain, da Academia Francesa e da *Revue des Deux Mondes* (pouco importa, bem entendido, que o senhor Farigoule mude mais uma vez de nome e se faça aqui chamar Salsette para comodidade da situação). O essencial é que o senhor Jules Romain consiga escrever isto:

«Só aceito a discussão com pessoas que aceitam a hipótese seguinte: uma França que tenha no seu solo metropolitano dez milhões de negros, dos quais cinco ou seis milhões no vale do Garona. O preconceito de raça nunca teria aflorado as nossas bravas populações do Sudoeste? Nenhuma inquietação surgiria, se se tivesse posto a questão de entregar todos os poderes a esses pretos, filhos de escravos? ... Tem-me acontecido deparar com uma fila de uma vintena de negros puros... Eu não censuraria sequer que os nossos pretos e pretas mascassem «chewing-gum». Observaria somente ... que esse movimento tem por efeito pôr bem em destaque os maxilares e que as evocações que nos vêm ao espírito nos aproximam mais da floresta equatorial do que da procissão das Panateneias... A raça negra não deu ainda, nem nunca dará, um Einstein, um Stravinsky, um Gershwin.»

Comparação idiota por comparação idiota: já que o profeta da *Revue des Deux Mondes* e outros lugares nos convida às aproximações «distantes», que permita ao negro que eu sou, achar — ninguém é dono das suas associações de ideias — que a sua voz tem menos a ver com o carvalho, e mesmo com os chocalhos de Dodone, do que com o zurrar dos burros do Missouri.

Mais uma vez, faço sistematicamente a apologia das nossas velhas civilizações negras: eram civilizações cortesias.

Então — dir-me-ão — o verdadeiro problema é retornar a elas. Não, repito. Nós não somos os homens do «ou isto ou aquilo». Para nós, o problema não é de uma utópica e estéril tentativa de reduplicação, mas de uma superação. Não é uma sociedade morta que queremos fazer reviver. Deixamos isso aos amadores de exotismo. Não é tão-pouco a sociedade colonial actual que queremos prolongar, a carne mais imunda que jamais apodreceu debaixo do sol. É uma sociedade nova que precisamos criar, com a ajuda de todos os nossos irmãos escravos, rica de toda a potência produtiva moderna, cálida de toda a fraternidade antiga.

Que tal seja possível, a União Soviética dá-nos alguns exemplos...

Mas voltemos ao senhor Jules Romain.

Não se pode dizer que o pequeno burguês não leu nada. Pelo contrário, leu tudo, devorou tudo.

Simplesmente, o seu cérebro funciona à maneira de certos aparelhos digestivos de tipo elementar. Filtra. E o filtro só deixa passar o que pode alimentar a epiderme da boa consciência burguesa.

Os Vietnamitas, antes da chegada dos Franceses ao seu país, eram gente de cultura antiga, delicada e requintada. É uma lembrança que indispõe o Banco de Indochina. Ponham a funcionar o esquecedor!

Estes Malgaxes, que hoje são torturados, eram, há menos de um século, poetas, artistas, administradores? Chut! Boca calada! E o silêncio faz-se profundo como um cofre-forte! Felizmente que restam os pretos. Ai, os pretos! Falemos deles, dos pretos!

Ora bem, falemos deles, sim.

Impérios sudaneses? Bronzes de Benim? Escultura

Songho? Livrar-nos-ia de tantos mamarrachos sensacionais que adornam tantas capitais europeias. Música africana. Por que não?

E do que disseram, do que viram os primeiros exploradores... Não dos que comem à manjedoura das Companhias! Mas dos d'Elbée, dos Marchais, dos Pigafetta! E de Frobénius! Hein, sabeis quem é Frobénius? E lemos juntos:

«Civilizados até à medula! A ideia do negro bárbaro é uma invenção europeia.»

O pequeno burguês não quer ouvir mais nada. Com um bater de orelhas, afugenta a ideia.

A ideia, a mosca importuna.

Pois bem, camarada, serão teus inimigos — de maneira alta, lúcida e consequente — não só governadores sádicos e prefeitos torcionários, não só colonos flagelantes e banqueiros vorazes, não só trapaceiros políticos lambe-cheques e magistrados às ordens, mas similarmente e ao mesmo título, jornalistas biliosos, académicos de papada endolardados de idiotices, etnógrafos metafísicos e *dogonneux*, teólogos farfalhudos e belgas, intelectuais gárrulos, saídos a tresandar da coxa de Nietzsche ou dervixes-filhos-de-rei chutados de não sei que Plêiade, os paternalistas, os beijoqueiros, os corruptores, os distribuidores de palmadas nas costas, os amadores de exotismo, os divisionistas, os sociólogos agrários, os adormecedores, os mistificadores, os caluniadores, os embusteiros e, duma maneira geral, todos aqueles que, desempenhando o seu papel na sórdida divisão do trabalho para o bem-estar da sociedade ocidental e da burguesia, tentam, de maneira diversa e por diversão infame, desagregar as forças do Progresso — com o risco de negar a própria possibilidade do Progresso — todos sequazes do capitalismo, todos suportes declarados ou envergonhados do colonialismo



rapace, todos responsáveis, todos execráveis, todos negreiros, todos credores, de futuro, da agressividade revolucionária.

E varre-me todos os obscurantistas, todos os inventores de subterfúgios, todos os charlatões mistificadores, todos os manobreadores de algaraviada. E não cuides de saber se esses senhores estão pessoalmente de boa ou má fé, se pessoalmente são bem ou mal intencionados, se pessoalmente, isto é, na sua consciência íntima de Pedro ou Paulo, são colonialistas ou não, o essencial é que a sua muito aleatória boa fé subjectiva não tem nenhuma relação com o alcance objectivo e social da rele tarefa que executam, de cães de guarda do colonialismo.

E nesta ordem de ideias, cito, a título de exemplo (tomado intencionalmente em disciplinas muito diferentes):

— De Gourou, o seu livro: *Les Pays Tropicaux* onde, entre opiniões certas, se exprime, parcial, inaceitável, a tese fundamental de que nunca houve grandes civilizações tropicais, nunca houve civilização grande a não ser de clima temperado, de que, em todo o país tropical, o germe da civilização vem e só pode vir dum além extra-tropical e sobre os países tropicais pesa, em vez, da maldição biológica dos racistas, pelo menos e com as mesmas consequências uma não menos eficaz maldição geográfica.

— Do Rev. P.<sup>o</sup> Tempels, missionário e belga, a sua filosofia banta lodosa e mefítica como de regra, mas descoberta muito oportunamente, como outros o hinduísmo, para exorcizar o «materialismo comunista», que

ameaça, ao que parece, fazer dos negros «vagabundos morais».

— Dos historiadores ou dos romancistas da civilização (é tudo o mesmo), não deste ou daquele, de todos ou quase, a sua falsa objectividade, o seu chauvinismo, o seu racismo sonso, a sua viciosa veemência na negação de todo o mérito às raças não brancas, singularmente às raças melânicas, a sua monomania de monopolizar toda a glória em proveito da sua.

— Os psicólogos, sociólogos, etc., as suas opiniões sobre o «primitivismo», as suas investigações dirigidas, as suas generalizações interessadas, as suas especulações tendenciosas, a sua insistência sobre o carácter «à parte» dos não brancos, a sua renúncia pelas necessidades da causa, no próprio momento em que cada um destes senhores se reclama do racionalismo mais firme para acusar de mais alto a enfermidade do pensamento primitivo, a sua abjuração bárbara da frase de Descartes, carta do universalismo: que «a razão está toda inteira em cada um» e «que não há o mais ou o menos senão entre os acidentes e nunca entre as formas ou naturezas dos indivíduos da mesma espécie».

Mas não andemos depressa de mais. Vale a pena seguir alguns destes senhores.

Não me alargarei sobre o caso dos historiadores, nem dos historiadores da colonização, nem dos egiptólogos, sendo o dos primeiros por demais evidente e no caso dos segundos, o mecanismo da sua mistificação foi definitivamente desmontado por Cheikh Anta Diop, no seu livro *Nations Nègres et Culture* — o mais audacioso



que um negro escreveu até hoje e que contará, sem dúvida, no despertar da África\*.

Voltemos antes atrás. Ao senhor Gourou, precisamente.

Será necessário dizer que é com grande sobrançeria que o eminente sábio mede as populações indígenas, as quais «não tiveram a mínima participação» no desenvolvimento da ciência moderna? E que não é do esforço destas popu-

---

\* Cf. Cheikh Anta Diop, *Nations Nègres et Culture*, Éditions Présence Africaine, 1955. Tendo Heródoto afirmado que os Egípcios não eram primitivamente mais do que uma colônia dos Etíopes; tendo Deodoro da Sicília repetido a mesma afirmação e agravado o seu caso retratando os Etíopes de modo a não poder haver confusões (*Plerique omnes* — para citar a tradução latina — *nigro sunt colore, facie sima, crispis capillis*, livro III, § 8), importava ao máximo rebatê-los. Admitindo-se isso, e quase todos os sábios ocidentais fixaram deliberadamente o objectivo de arrebatá-lo, havia várias maneiras de o conseguir: o método Gustave Le Bon, afirmação brutal, impudente: «Os Egípcios são Camitas, isto é, brancos como os Lídios, os Getulos, os Mouros, os Númidas, os Berberes»; o método Maspero, que consiste em relacionar, contra toda a verosimilhança, a língua egípcia com línguas semíticas, mais especialmente com o tipo hebreo-aramaico, donde se tira a conclusão de que na origem os Egípcios só podiam ser Semitas; o método Weigall, geográfico, segundo o qual a civilização egípcia só podia ter nascido no Baixo Egito e que daí teria passado ao Alto Egito, subindo o rio... dado que não podia descê-lo (*sic*). Compreende-se que a razão secreta desta impossibilidade é que o Baixo Egito está próximo do Mediterrâneo, portanto das populações brancas, ao passo que o Alto Egito fica próximo do país dos negros.

Sobre este assunto, e para opô-las à tese de Weigall, não deixa de ter interesse recordar as opiniões de Scheinfurth (*Au Coeur de l'Afrique*, t. 1) sobre a origem da flora e da fauna do Egito, que situa «a centenas de milhas a montante do rio».

lações, da sua luta libertadora, do seu combate concreto pela vida, pela liberdade e a cultura, que ele espera a salvação dos países tropicais, mas do bom colonizador; dado que a lei é formal, a saber: que «são os elementos culturais preparados nas regiões extra-tropicais que asseguram e assegurarão o progresso das regiões tropicais para uma população mais numerosa e uma civilização superior».

Eu disse que havia ideias certas no livro do senhor Gourou: «O meio tropical e as sociedades indígenas» escreve ele, fazendo o balanço da colonização «sofrem a introdução de técnicas mal adaptadas, as corveias, as cargas pesadas, o trabalho forçado, a escravatura, a transplantação dos trabalhadores duma região para outra, mudanças súbitas do meio biológico, condições especiais novas e menos favoráveis.»

Que palmarés! A cara do reitor! A cara do ministro quando lê isto! O nosso Gourou rompeu as amarras; pronto; vai dizer tudo; começa: «Os países quentes típicos encontram-se perante o seguinte dilema: a estagnação económica e salvaguarda dos indígenas ou o desenvolvimento económico provisório e regressão dos indígenas.» «Senhor Gourou, é muito grave! Advirto-o solenemente que com este jogo é a sua carreira que fica em causa.» Então o nosso Gourou prefere temporizar, omitir e precisar que, se o dilema existe, só existe no quadro do regime vigente; que se essa antinomia constitui uma lei de ferro, não é mais do que a lei de ferro do capitalismo colonialista, logo duma sociedade não só perecível, como já em vias de perecer.

Geografia impura e quão secular!

Se há melhor, é o Rev. P.<sup>o</sup> Tempels. Que se pilhe, que se torture no Congo, que o colonizador belga deite a

mão a toda a riqueza, que mate toda a liberdade, que oprima todo o brio — que vá em paz, o Rev. P.<sup>o</sup> Tempels consente-o. Porém, cuidado! Os senhores vão ao Congo? Respeitai, não digo a propriedade indígena (as grandes companhias belgas poderiam tomar isso como uma foice na sua seara), não digo a liberdade dos indígenas (os colonos belgas poderiam ver nisso propósitos subversivos), não digo a pátria congoleza (arriscava-se a que o governo belga tomasse muito mal a coisa), digo: Os senhores vão ao Congo, respeitai a filosofia banta!

«Seria verdadeiramente inaudito» escreve o Rev. P.<sup>o</sup> Tempels «que o educador branco se obstinasse a matar no homem negro o seu espírito humano próprio, essa realidade única que nos impede de o considerar um ser inferior! Seria um crime de lesa-humanidade, da parte do colonizador, emancipar as raças primitivas do que é valioso, do que constitui um núcleo de verdade no seu pensamento tradicional, etc.»

Que generosidade, meu Padre! E que zelo!

Ora bem, sabeis que o pensamento banto é essencialmente ontológico; que a ontologia banta assenta sobre as noções verdadeiramente essenciais de força vital e de hierarquia de forças vitais; que, enfim, para o Banto, a ordem ontológica que define o Mundo vem de Deus\* e, decreto divino, deve ser respeitada ...

Admirável! Toda a gente ganha com isso: grandes companhias, colonos, governo, excepto o Banto, naturalmente.

Sendo o pensamento dos Bantos ontológico, os Bantos

---

\* É claro que aqui criticamos não a filosofia banta, mas a utilização que certas pessoas dela empreendem fazer, para fins políticos.

só pedem satisfações de ordem ontológica. Salários decentes! Habitações confortáveis! Alimentação! Estes Bantos são puros espíritos, digo-vos eu: «O que eles desejam antes e acima de tudo, não é a melhoria da sua situação económica ou material, mas sim o reconhecimento do branco e o seu respeito pela sua dignidade de homem, pelo seu pleno valor humano.»

Em suma, uma chapelada à força vital banta, uma piscadela à alma imortal banta. E estais quites! Confessai que é barato!

Quanto ao governo, de que se queixaria? Pois que — nota o Rev. P.<sup>o</sup> Tempels, com evidente satisfação — «Os Bantos nos consideram, a nós, os brancos, e isto desde o primeiro contacto, do seu ponto de vista possível, o da sua filosofia banta» e «*nos integraram, na sua hierarquia dos seres-forças, num escalão bastante elevado*».

Por outras palavras, consegui que à cabeça da hierarquia das forças vitais bantas tome lugar o branco, e o Belga singularmente, e, mais singularmente ainda, Alberto ou Leopoldo, e a manobra está completa. Obter-se-á esta maravilha: *o Deus banto será garante da ordem colonialista belga e todo o Banto que ousar levantar-lhe a mão será sacrílego*.

Pelo que toca ao senhor Mannoni, as suas considerações sobre a alma malgaxe e o seu livro merecem que se lhe preste atenção.

Sigamo-lo passo a passo nas voltas e reviravoltas das suas sortezinhas de prestidigitação, e ele demonstrar-vos-á, claro como o dia, que a colonização se funda na psicologia; que pelo Mundo fora há grupos de homens atacados, não se sabe como, dum complexo que é mesmo preciso designar por complexo da dependência, que esses

grupos são psicologicamente formados para ser dependentes; que têm necessidade da dependência, que a postulam, que a reclamam, que a exigem; que este é o caso da maior parte dos povos colonizados, e dos Malgaxes, em particular.

Bolas para o racismo! Bolas para o colonialismo! Cheira a bárbaro de mais. O senhor Mannoni tem melhor: a psicanálise. Ornamentada de existencialismo, os resultados são surpreendentes: consertam-se e apresentam-se como novos os lugares-comuns mais batidos; explicam-se e legitimam-se os mais absurdos preconceitos; e, magicamente, a nuvem transforma-se em Juno.

É melhor escutá-lo:

«O destino do Ocidental depara com a obrigação de obedecer ao mandamento: *Deixarás pai e mãe*. Esta obrigação é incompreensível para o Malgaxe. Todo o Europeu descobre em si, a um momento do seu desenvolvimento, o desejo ... de romper os seus laços de dependência, de se igualar ao pai. O Malgaxe, nunca! Ignora a rivalidade com a autoridade paterna, a 'contestação viril', a inferioridade adleriana, provas que o Europeu deve atravessar e que são como que as formas civilizadas... dos ritos de iniciação pelos quais se atinge a virilidade...»

Que as subtilidades do vocabulário, as novidades terminológicas não vos assustem! Conheceis o estribilho: «Os Pretos-são-Crianças-grandes.» Pega-se nele, veste-se, baralha-se. O resultado é Mannoni. Pode parecer um pouco penoso, à partida, mas à chegada, vereis, reencontrareis todas as vossas bagagens. Nada faltará, nem mesmo o célebre *fardo do homem branco*. Portanto, atentai: «Por essas provas (reservadas ao Ocidental [A.C.]), triunfa-se do medo infantil do abandono e adquire-se liberdade e

autonomia, bens supremos e também fardos do Ocidental.»

E o Malgaxe? direis vós. Raça serva e mentirosa, diria Kipling. O senhor Mannoni diagnostica: «O Malgaxe não tenta sequer imaginar semelhante situação de abandono... Não deseja autonomia pessoal nem livre responsabilidade.» (Bem o sabeis, vejamos. Estes pretos não imaginam sequer o que é a liberdade. Não a desejam, não a reivindicam. São os instigadores brancos que lhes metem isso na cabeça. E se lha dessem, não saberiam que fazer dela.)

Se se assinala ao senhor Mannoni que os Malgaxes ainda se revoltaram por várias vezes desde a ocupação francesa e ultimamente, ainda, em 1947, o senhor Mannoni, fiel às suas premissas, explicar-vos-á que se trata dum comportamento puramente nevrótico, duma loucura colectiva, dum comportamento de «amok»; que na circunstância, aliás, não se tratava, para os Malgaxes, de partir à conquista de bens reais, mas antes de uma «segurança imaginária», o que implica, evidentemente, que a opressão de que se queixam é uma opressão imaginária. Tão nitidamente, tão demencialmente imaginária, que não é interdito falar de ingratidão monstruosa, segundo o tipo clássico do Fidjiano que queima o estendal do capitão que lhe sarou os ferimentos.

Que, se se faz a crítica do colonialismo que leva ao desespero as populações mais pacíficas, o senhor Mannoni explicar-vos-á que, no fim de contas, o responsável *não é o branco colonialista*, mas sim os Malgaxes colonizados. Que diabo! Eles tomavam os brancos por deuses e esperavam deles tudo o que se espera da divindade!

Que, se se considera que o tratamento aplicado à neurose malgaxe foi um tanto rude, o senhor Mannoni, que tem resposta para tudo, vos provará que as famosas brutalidades de que se fala foram muito largamente exageradas, que estamos aí em plena ficção ... neurótica, que as torturas eram torturas imaginárias praticadas por «algozes imaginários». Quanto ao governo francês, teria dado mostras de singular moderação, pois se contentou em prender os deputados malgaxes, quando os deveria *sacrificar*, se tivesse querido respeitar as leis duma sadia psicologia.

Não é exagero meu. É o senhor Mannoni quem fala: «Seguindo caminhos muito clássicos, estes Malgaxes transformavam os seus santos em mártires, os seus salvadores em bodes expiatórios; queriam lavar os seus pecados imaginários no sangue dos seus próprios deuses. Estavam prontos, mesmo a tal preço, ou melhor, *só a esse preço*, a inverter mais uma vez a sua atitude. Um aspecto desta psicologia dependente seria a conveniência, pois que ninguém pode ter dois amos, em *sacrificar* um deles ao outro. A fracção mais transtornada dos colonialistas de Tananarive compreendia confusamente o essencial desta psicologia do sacrifício e reclamava as suas vítimas. Assediavam o Alto-Comissário, assegurando que, se lhes concedessem o sangue de alguns inocentes, 'toda a gente ficaria satisfeita'. Esta atitude, humanamente desonrosa, *fundava-se numa percepção, grosso modo bastante certa, das perturbações emocionais que a população dos altos planaltos atravessava.*»

Daí a absolver os colonialistas sedentos de sangue, não vai, evidentemente, mais que um passo. A «psicologia» do senhor Mannoni é tão «desinteressada», tão «livre»,

como a geografia do senhor Gourou ou a teologia missionária do Rev. P.<sup>o</sup> Tempels!

E aqui está a impressionante unidade de tudo isto, a perseverante tentativa burguesa para reduzir os problemas mais humanos a noções confortáveis e ocas: a *ideia* do complexo de dependência em Mannoni, a *ideia* ontológica do Rev. P.<sup>o</sup> Tempels, a *ideia* de «tropicalismo» em Gourou. Que acontece ao Banco de Indochina no meio disto? E ao Banco de Madagáscar? E ao chicote? E ao imposto? E ao punhado de arroz para o Malgaxe ou para o «nhaqué»? E a esses mártires? E a esses inocentes assassinados? E a esse dinheiro ensanguentado que se amassa nos vossos cofres, meus senhores? Volatilizados! Desaparecidos, confundidos, irreconhecíveis no reino das pálidas raciocinações.

Mas há uma infelicidade para estes cavalheiros. O entendimento burguês é cada vez mais rebelde à finura e os padrões desses senhores estão condenados a voltar-lhes cada vez mais as costas para aplaudir cada vez mais outros menos subtis e mais brutais. É isso, muito precisamente, que abre uma oportunidade ao senhor Yves Florenne. Com efeito, eis, na bandeja do jornal *Le Monde*, sabiamente arrumadas, as suas pequenas ofertas de serviço. Nenhuma surpresa possível. Tudo garantido, eficácia comprovada, todas as experiências feitas e concludentes, é dum racismo que se trata, dum racismo francês ainda magrizona, é certo, mas prometedor. Atentai antes:

«A nossa leitora ... (uma professora que teve a audácia de contradizer o irascível senhor Florenne) experimenta, ao contemplar duas jovens mestiças, suas alunas, *a emoção de orgulho que lhe dá o sentimento duma integração*

*crescente na nossa família francesa...* A sua emoção seria a mesma se visse a França, inversamente, integrar-se na família negra (ou amarela ou vermelha, pouco importa), isto é, diluir-se, desaparecer?»

É claro, para o senhor Yves Florenne, é o sangue que faz a França e as bases da nação são biológicas: «O seu povo, o seu génio são feitos dum equilíbrio simultaneamente milenário, vigoroso e delicado e ... certas rupturas inquietantes desse equilíbrio coincidem com a infusão massiva e, muitas vezes, arriscada, de sangue estrangeiro que ela tem vindo a sofrer desde há uns trinta anos.»

Em suma, a mestiçagem, eis o inimigo. Não mais a crise social! Não mais a crise económica! Já não há senão crises raciais! É claro, o humanismo não perde os seus direitos (estamos no Ocidente), mas entendamo-nos: «Não é perdendo-se no universo humano com o seu sangue e o seu espírito que a França será universal, é permanecendo ela mesma.»

Eis onde chegou a burguesia francesa, cinco anos após a derrota de Hitler! E é aqui precisamente que reside o seu castigo histórico: ser condenada a ruminar o vómito de Hitler, aí regressando como por vício.

Porque, enfim, o senhor Yves Florenne esmerava-se ainda à volta de romances campestres, de «dramas da terra», de histórias de mau olhado, quando Hitler, o olho tão mau como o dum agreste herói de *jettatura*\*, anunciava:

«O fim supremo do Estado-Povo é conservar os ele-

---

\* Mau olhado. (Nota do Prefaciador.)

mentos originais da raça que, propagando a cultura, criam a beleza e a dignidade duma humanidade superior.»

Esta filiação, o senhor Yves Florenne conhece-a.

E está longe de ficar embaraçado.

Muito bem. Está no seu direito.

Como não está no nosso direito indignarmo-nos.

Porque, enfim, é preciso tomarmos o nosso partido e dizermos duma vez por todas que a burguesia está condenada, cada dia que passa, a ser mais intratável, mais abertamente feroz, mais despudorada, mais sumariamente bárbara; que uma lei implacável estabelece que toda a classe decadente se vê transformada em receptáculo onde afluem todas as águas sujas da História; que é uma lei universal que toda a classe, antes de desaparecer, deve previamente desonrar-se completamente, omnilateralmente, e que é com a cabeça enterrada no esterco que as sociedades moribundas soltam o seu canto do cisne.

Na verdade, o processo é esmagador.

Um animal agreste que, pelo elementar exercício da sua vitalidade, espalha o sangue e semeia a morte — estamos lembrados que, historicamente, foi sob esta forma de arquétipo feroz que se manifestou, à consciência e ao espírito dos melhores, a revelação da sociedade capitalista.

De então para cá, o animal anemizou-se; o pêlo tornou-se raro, o couro perdeu o lustro, mas a ferocidade ficou, simplesmente mesclada de sadismo. Hitler tem as costas largas. Rosenberg tem as costas largas. Costas largas, Junger e os outros. Os S.S. têm costas largas.

Mas isto:

«Tudo neste mundo transpira crime: o jornal, a muralha e o rosto do homem.»

É Baudelaire, e Hitler não tinha nascido!

Prova de que o mal vem de mais longe.

E Isidore Ducasse, conde de Lautréamont!

Sobre este assunto, é mais que tempo de dissipar a atmosfera de escândalo que foi criada em torno dos *Cantos de Maldoror*.



Monstruosidade? Aerólito literário? Delírio duma imaginação doente? Ora vamos! Como é cómodo!

A verdade é que bastou a Lautréamont contemplar, olhos nos olhos, o homem de ferro forjado pela sociedade capitalista, para apreender o *monstro*, o monstro quotidiano, seu herói.

Ninguém nega a veracidade de Balzac.

Mas, atenção: tomai Vautrin, no regresso dos países quentes, dai-lhe as asas do arcanjo e os arrepios do paludismo, acompanhai-o, na calçada parisiense, por uma escolta de vampiros uruguaio e formigas tambochas, e tereis Maldoror.

Variante do cenário, mas é bem do mesmo mundo, é bem do mesmo homem que se trata, duro, inflexível, sem escrúpulos, amador, como ninguém, «da carne dos outros».

Para abrir aqui um parêntesis nos meus parêntesis, penso que virá o dia em que, com todos os elementos reunidos, todas as fontes verificadas, todas as circunstâncias da obra elucidadas, será possível dar dos *Cantos de Maldoror* uma interpretação materialista e histórica que fará ressaltar desta epopeia frenética um aspecto por demais menosprezado — o da implacável denúncia duma forma muito precisa de sociedade que não podia escapar ao olhar mais agudo por volta de 1865.

Importaria antes, bem entendido, desembrenhar o caminho dos comentários ocultistas e metafísicos que o encombrem; devolver a sua importância a certas estrofes negligenciadas — aquela, por exemplo, entre todas estranha, da mina de piolhos, em que só aceitaremos ver, nem mais nem menos, que a denúncia do poder maléfico do

ouro e do entesouramento; restituir o verdadeiro lugar ao admirável episódio do «omnibus» e consentir em encontrar aí, muito chãmente, o que lá está, a pintura quase nada alegórica duma sociedade onde os privilégios, confortavelmente instalados, se recusam a ajustar-se para dar lugar ao recém-chegado, e — diga-se de passagem — quem recolhe a criança duramente enjeitada? O povo! Representado aqui pelo trapeiro. O trapeiro de Baudelaire:

*Et sans prendre souci des mouchards, ses sujets,  
Epanche tout son coeur en glorieux projet.  
Il prête des serments, dicte des lois sublimes,  
Terrasse les méchants, relève les victimes.\**

Então, na verdade, compreender-se-á que o inimigo de quem Lautréamont fez o *inimigo*, o «criador» antropófago e estupidificante, o sádico «alcandorado num trono de excrementos humanos e ouro», o hipócrita, o debochado, o madraço que «come o pão dos outros» e que volta e meia encontramos, morto de bêbado «como um percevejo que durante a noite mascou três tonéis de sangue», compreender-se-á que não é para além das nuvens que se deve ir procurar essa criatura, mas que mais depressa a encontraremos no anuário Desfossés e num qualquer confortável conselho de administração!

Mas deixemos isso.

---

\* E sem cuidar dos denunciante, seus vassallos,  
Expando o coração inteiro em glorioso projecto.  
Presta juramentos, dita leis sublimes,  
Fulmina os maus, levanta as vítimas.

Os moralistas não podem impedi-lo.

A burguesia, como classe, está condenada, quer se queira, quer não, a ser responsável por toda a barbárie da História, as torturas da Idade Média e a Inquisição, a razão de Estado e o belicismo, o racismo e o escravagismo, em suma, tudo contra o que protestou em termos involvidáveis, no tempo em que, classe ao ataque, encarnava o progresso humano.

Os moralistas não podem impedi-lo. Há uma lei de *desumanização progressiva* em virtude da qual de futuro não haverá, não pode haver agora, senão a violência, a corrupção e a barbárie na ordem do dia da burguesia.

la esquecer o ódio, a mentira, a presunção.

la esquecer o senhor Roger Caillois\*.

Pois bem, o senhor Caillois, investido para toda a eternidade da missão de ensinar a um século cobarde e desbragado o rigor do pensamento e a preservação do estilo, o senhor Caillois, dizíamos, acaba de sentir uma grande cólera.

O motivo?

A inaudita traição da etnografia ocidental que, há algum tempo, com uma deterioração deplorável do sentido das suas responsabilidades, se engenha a pôr em dúvida a superioridade omnilateral da civilização ocidental sobre as civilizações exóticas.

Num ápice, o senhor Caillois entra em campanha.

A Europa tem a virtude de suscitar destes heroísmos resgatadores no momento mais crítico.

---

\* Cf. Roger Caillois: «Illusions à Rebours», *La Nouvelle Revue Française*, Dezembro e Janeiro de 1955.

É imperdoável não recordar o senhor Massis que, por volta de 1927, partiu em cruzada pela defesa do Ocidente.

Queremos assegurar-nos de que melhor sorte será reservada ao senhor Caillois que, para defender a mesma causa sagrada, transforma a sua pena em boa adaga de Toledo.

Que dizia o senhor Massis? Deplorava que «o destino da civilização do Ocidente, o destino do homem, numa palavra» estivessem hoje ameaçados; que de todos os lados se empenhassem «em invocar as nossas angústias, em contestar os títulos da nossa cultura, em pôr em causa o essencial do nosso haver», e o senhor Massis jurava partir em guerra contra esses «desastrosos profetas».

O senhor Caillois não identifica doutra maneira o inimigo. São os «intelectuais europeus» que, «por uma decepção e um rancor excepcionalmente agudos», se encarniçam, há uns cinquenta anos, «a renegar os diversos ideais da sua cultura» e que, por isso, sustentam, «nomeadamente na Europa, um mal-estar tenaz».

É a esse mal-estar, a essa inquietude, que o senhor Caillois entende pôr fim\*.

---

\* É significativo que no próprio momento em que o senhor Caillois empreendia a sua cruzada, uma revista colonialista belga, de inspiração governamental (*Europe-Afrique*, n.º 6, Janeiro de 1955), agredia a etnografia de forma absolutamente idêntica: «Antigamente, o colonizador concebia fundamentalmente as suas relações com o colonizado como as dum homem civilizado com um homem selvagem. A colonização repousava, assim, numa hierarquia, grosseira certamente, mas vigorosa e clara.»

É a destruição desta relação hierárquica que o autor do artigo, um tal senhor Piron, censura à etnografia. Como o senhor Caillois, ataca-se Michel Leiris e Lévi-Strauss. Recrimina ao primeiro o ter escrito, na sua brochura *La Question Raciale devant la Science*



Com efeito, nunca, desde o Inglês da época vitoriana, nenhuma outra personagem passeou pela História uma boa consciência mais serena e menos enevoadada de dúvidas.

A sua doutrina? Tem o mérito de ser simples.

Que o Ocidente inventou a ciência. Que só o Ocidente sabe pensar; que nos limites do mundo ocidental começa o tenebroso reino do pensamento primitivo, o qual, dominado pela noção de participação, incapaz de lógica, é o tipo acabado do falso pensamento.

Aqui, temos um sobressalto. Objectamos ao senhor Caillois que a famosa lei de participação inventada por Lévy-Bruhl foi renegada pelo próprio Lévy-Bruhl; que no crepúsculo da sua vida proclamou à face do Mundo o seu erro «ao querer definir um carácter próprio da mentalidade primitiva enquanto lógica»; que adquirira, pelo contrário, a convicção de que «esses espíritos não dife-

---

*Moderne:* «É pueril pretender hierarquizar a cultura.» Ao segundo, o combater o «falso evolucionismo», quando ele «tenta suprimir a diversidade das culturas, considerando-as estádios dum desenvolvimento único que, partindo dum mesmo ponto, deve fazê-las convergir para o mesmo fim». Particular realce é reservado a Mircea Eliade, por ter ousado escrever a seguinte frase: «Diante de si, o Europeu agora já não tem indígenas, mas interlocutores. É bom que se saiba como encetar o diálogo; é indispensável reconhecer que já não existe solução de continuidade entre o mundo primitivo (entre comas) ou atrasado (idem) e o Ocidente moderno.»

Finalmente, para terminar, é um excesso de igualitarismo que se reprova ao pensamento americano — tendo Otto Klineberg, professor de psicologia da Universidade de Columbia, afirmado: «É um erro capital considerar as outras culturas inferiores à nossa, só porque são diferentes.»

Decididamente, o senhor Caillois está bem acompanhado.

rem do nosso no aspecto lógico ... Portanto não admitem, tanto como nós, uma contradição formal... Por conseguinte, rejeitam, como nós, por uma espécie de reflexo mental, o que é logicamente impossível»\*.

Desperdiçado esforço! O senhor Caillois toma a rectificação por nula e sem efeito. Para o senhor Caillois, o Lévy-Bruhl autêntico só pode ser o Lévy-Bruhl do primitivo que extravaga.

Ficam, naturalmente, alguns pequenos factos que resistem. A saber, a invenção da aritmética e da geometria pelos Egípcios. A saber, a descoberta da astronomia pelos Assírios. A saber, o nascimento da química entre os Árabes. A saber, a aparição do racionalismo no seio do Islão, numa época em que o pensamento ocidental tinha uma feição furiosamente pré-lógica. Mas o senhor Caillois apressou-se a enxotar estes pormenores imperitinentes, sendo formal o princípio de «que uma descoberta que não cabe num conjunto» não passa, precisamente, dum pormenor, isto é, dum nada negligenciável.

Não nos enganamos se pensarmos que, assim lançado, o senhor Caillois não vai deter-se em tão belo caminho.

Depois de anexar a ciência, ei-lo que reivindica a moral.

Mas não! O senhor Caillois nunca comeu ninguém! O senhor Caillois nunca pensou liquidar um inválido! Ao senhor Caillois nunca lhe veio a ideia de abreviar a vida dos seus velhos pais! Pois bem, ei-la, a superioridade do Ocidente: «Esta disciplina de vida que se esforça por conseguir que a pessoa humana seja suficientemente

---

\* *Les Carnets de Lucien Lévy-Bruhl*. Presses Universitaires de France, 1949.

respeitada para que não se ache normal suprimir os velhos e os inválidos.»

A conclusão impõe-se: face aos antropófagos, aos esquartejadores e outros comprachicos, a Europa, o Ocidente, encarnam o respeito pela dignidade humana.

Mas adiante e estuguemos o passo, não vá o nosso pensamento transviar-se para os lados de Argel, de Marrocos e outros lugares onde, justamente na hora em que escrevo, tantos valorosos filhos do Ocidente prodigalizam, na semi-obscuridade das masmorras, aos seus irmãos inferiores de África, com tanto desvelo e solicitude, essas autênticas marcas de respeito pela dignidade humana que se chamam, em termos técnicos, «a banheira», «a electricidade», «o gargalo da garrafa».

Apressemos-nos: o senhor Caillois não chegou ainda ao fim do seu palmarés. Depois da superioridade científica e da superioridade moral, a superioridade religiosa.

Aqui, o senhor Caillois não se deixa ofuscar pelo vão prestígio do Oriente. A Ásia, mãe dos deuses, talvez. Em todo o caso, a Europa, senhora dos ritos. E vede a maravilha: dum lado, fora da Europa, cerimónias tipo macumba, com tudo o que comportam de «mascarada burlesca, frenesi colectivo, alcoolismo desbragado, exploração grosseira dum ingénuo fervor», e do outro — do lado da Europa —, esses valores autênticos que Chateaubriand já celebrava no *Génie du Christianisme*: «os dogmas e os mistérios da religião católica, a sua liturgia, o simbolismo dos seus escultores e a glória do cantochão».

Enfim, derradeiro motivo de satisfação:

Gobineau dizia: «Só há história branca.» O senhor Caillois, por sua vez, constata: «Só há etnografia branca.»

É o Ocidente que faz a etnografia dos outros, não os outros que fazem a etnografia do Ocidente.

Intenso motivo de júbilo, não é verdade?

E a nenhum minuto vem ao espírito do senhor Caillois que mais valia, afinal de contas, não ter havido a necessidade de abrir os museus de que se envaidece; que a Europa teria feito melhor se tolerasse a seu lado, bem vivas, dinâmicas e prósperas, inteiras e não mutiladas, as civilizações extra-europeias; que mais teria valido deixá-las desenvolverem-se e realizarem-se, em vez de nos dar para admirar, devidamente etiquetados, os seus membros esparsos, os seus membros mortos; que, de resto, o museu, por si, não é nada; não significa nada, nada pode significar, lá onde a auto-satisfação beatífica apodrece os olhos, onde o secreto desprezo pelos outros resseca os corações, onde, confesso ou não, o racismo estanca a simpatia; que nada significa se só se destina a prover às delícias do amor-próprio; que afinal o honesto contemporâneo de São Luís, combatendo mas respeitando o Islão, tinha mais hipóteses de o *conhecer* que os nossos contemporâneos, mesmo untados de literatura etnográfica, que o desprezam.

Não, jamais na balança do conhecimento o peso de todos os museus do Mundo pesará tanto como uma centelha de simpatia humana.

A conclusão de tudo isto?

Sejamos justos; o senhor Caillois é moderado.

Tendo estabelecido a superioridade do Ocidente em todos os domínios; tendo, assim, restabelecido uma sadia e preciosa hierarquia, o senhor Caillois oferece uma prova imediata dessa superioridade ao concluir pelo não extermínio de quem quer que seja. Com ele os Negros

ficam com a certeza de não serem linchados, os Judeus de não alimentarem novas fogueiras. Somente, cuidado; importa que fique bem entendido que esta tolerância devem-na Negros, Judeus, Australianos, à magnanimidade do senhor Caillois, não aos seus méritos respectivos, não a um «diktat» da ciência, que só poderia fornecer verdades efémeras, mas a um decreto da consciência do senhor Caillois, a qual só pode ser absoluta; que nada condiciona, nada garante esta tolerância senão o que o senhor Caillois deve a si próprio.

Talvez a ciência ordene um dia que se desembarace a estrada da humanidade de todos estes pesos pesados, estes empecilhos que as culturas atrasadas e os povos atardados constituem, mas estejamos tranquilos porque no momento fatal a consciência do senhor Caillois — que de boa consciência logo se metamorfoseia em bela consciência — deterá o braço assassino e pronunciará o *Salvus sis*.

O que nos vale esta nota suculenta: «Para mim, a questão da igualdade das raças, dos povos ou das culturas, só tem sentido se se trata duma igualdade de direitos e não duma igualdade de facto. Da mesma maneira, um cego, um mutilado, um idiota, um ignorante, um pobre (não se poderia ser mais gentil para os não Ocidentais), não são respectivamente iguais, na acepção material da palavra, a um homem forte, clarividente, completo, saudável, inteligente, culto ou rico. Estes têm maiores capacidades que, aliás, não lhes conferem mais direitos, tão-só mais deveres... Da mesma forma, seja por causas biológicas ou históricas, existem, actualmente, diferenças de nível, de potência e de valor entre as diferentes culturas. Delas decorre uma desigualdade de facto. Não

justificam, de modo algum, uma desigualdade de direitos a favor dos povos ditos superiores, como o desejaria o racismo. Antes lhes conferem encargos suplementares e uma responsabilidade acrescida.»

Responsabilidade acrescida? Pois qual, senão a de dirigir o Mundo?

Encargo acrescido? Pois qual, senão o encargo do Mundo?

E aí vai Caillois-Atlas fincar-se filantropicamente na poeira e carregar nos seus ombros robustos o inevitável fardo do homem branco.

Perdoar-me-ão ter falado tão longamente do senhor Caillois. Não que eu sobrestime em qualquer grau o valor intrínseco da sua «filosofia» (poder-se-ia ajuizar da seriedade dum pensamento que, reivindicando-se do espírito de rigor, se sacrifica com tamanha complacência aos preconceitos e chafurda com tal volúpia no lugar-comum), mas ela merecia ser assinalada, porque é significativa.

De quê?

Disto: que nunca o Ocidente, no próprio momento em que mais se deleita com esta palavra, esteve tão longe de poder assumir as exigências dum humanismo verdadeiro, de poder viver o humanismo verdadeiro — o humanismo à medida do Mundo.

Dos valores inventados outrora pela burguesia e que ela lançou através do Mundo, um é o do *homem* e do humanismo — e já vimos no que se tornou —, o outro é o da nação.

É um facto: a *nação* é um fenómeno burguês ...

Mas justamente, se desvio os olhos do *homem* para contemplar as *nações*, constato que também aqui o perigo é grande; que a empresa colonial é, para o mundo moderno, o que o imperialismo romano foi para o mundo antigo: preparador do *Desastre* e precursor da *Catástrofe*: Pois então? Os Índios massacrados, o mundo muçulmano esvaziado de si próprio, o mundo chinês maculado e desnaturado durante um bom século; o mundo negro desqualificado; vozes imensas extintas para todo o sempre; lares desfeitos; todo este esfrangalhamento, todo este desperdício, a humanidade reduzida ao monólogo e credes que isto não se paga? A verdade é que a *perda da própria Europa está inscrita* nesta política e que a Europa, se não se acautela, perecerá do vazio que criou à sua volta.

Julgou-se abater só os Índios, ou os Hindus, ou os

Oceânicos ou os Africanos. Na realidade abateram-se, umas após outras, as muralhas aquém das quais a civilização europeia podia desenvolver-se livremente.

Sei tudo o que há de falacioso nos paralelos históricos, nomeadamente no que vou esboçar. Não obstante, permitam-me transcrever aqui uma página de Quinet pela parte não negligenciável de verdade que encerra e que merece ser meditada.

Ei-la:

«Pergunta-se por que é que a barbárie desembocou dum só jacto na civilização antiga. Julgo poder dizê-lo. É espantoso que uma causa tão simples não salte aos olhos de todos. O sistema da civilização antiga compunha-se dum certo número de nacionalidades, de pátrias que, embora parecessem inimigas ou mesmo se ignorassem, se protegiam, se apoiavam, se guardavam umas às outras. Quando o Império Romano, expandindo-se, empreendeu a conquista e a destruição desses corpos de nações, os sofistas deslumbrados julgaram discernir, no fim desse caminho, a humanidade triunfante em Roma. Falou-se da unidade do espírito humano: não passou dum sonho. Acontecia que essas nacionalidades eram outras tantas avenidas que protegiam a própria Roma... Pois quando Roma, nessa pretensa marcha triunfal para a civilização única, destruiu, sucessivamente, Cartago, o Egipto, a Grécia, a Judeia, a Pérsia, a Dácia, os Gauleses, aconteceu que tinha devorado ela própria os diques que a protegiam do oceano humano que a iria submergir. Ao esmagar os Gauleses, o magnânimo César não fez mais do que abrir o caminho aos Germanos. Tantas sociedades, tantas línguas extintas, cidades, direitos, lares aniquilados, fizeram o vácuo à volta de Roma e, aonde os bárbaros não che-

gavam, a barbárie nascia espontaneamente. Os Gauleses destruídos transformaram-se em Bagaudas. Assim, a queda violenta, a extirpação progressiva das fortalezas particulares causaram o desmoronamento da civilização antiga. Este edifício social era sustentado pelas nacionalidades como se fossem outras tantas colunas diferentes de mármore ou de pórfiro.

Quando foram destruídas, entre os aplausos dos sábios do templo, cada uma dessas colunas vivas, o edifício tombou por terra e os sábios dos nossos dias buscam ainda como foram possíveis num momento tamanhas ruínas!»

Então, eu pergunto: que fez a Europa burguesa senão isso? Ceifou as civilizações, destruiu as pátrias, arruinou as nacionalidades, extirpou «a raiz da diversidade». Já não há diques. Já não há avenidas. Chegou a hora do Bárbaro. Do Bárbaro moderno. A hora americana. Violência, desmesura, esbanjamento, mercantilismo, «bluff», gregarismo, a imbecilidade, a vulgaridade, a desordem.

Em 1913, Page escrevia a Wilson:

«O futuro do Mundo é nosso. Que faremos quando, dentro em pouco, a dominação do Mundo nos cair nas mãos?»

E em 1914: «Que faremos nós desta Inglaterra e deste Império, brevemente, quando as forças económicas tiverem posto entre as nossas mãos a direcção da raça?»

Este Império... e os outros...

E, de facto, não vedes com que ostentação esses senhores acabam de desfraldar o estandarte do anticolonialismo?

«Ajuda aos países deserdados», diz Truman. «A época do velho colonialismo passou.» É ainda Truman.

Entenda-se que a grande finança americana julga che-

gada a hora de pôr a saque todas as colónias do Mundo. Portanto, caros amigos da banda de cá, cuidado!

Sei que muitos dentre vós, enojados da Europa, da grande asquerosidade de que fostes testemunhas involuntárias, se voltam — oh! em pequeno número — para a América, e se habituam a ver nela uma possível libertadora.

«Que bênção!» — pensam eles.

«Os 'bulldozers'! Os investimentos massivos de capitais! As estradas! Os portos!

— Mas o racismo americano!

— Ora! O racismo europeu nas colónias tornou-nos aguerridos!»

E eis-nos prontos a correr o grande risco «yankee». Então, uma vez mais, cuidado!

A americana, a única dominação de que se não escapa. Quero dizer, de que se não escapa completamente indemne.

E já que falais de fábricas e de indústrias, não vedes, histórica, em pleno coração das nossas florestas e dos nossos matos, cuspiendo as suas escórias, a formidável fábrica, mas de lacaíes, a prodigiosa mecanização, mas do homem, o gigantesco estupro do que a nossa humanidade de espoliados soube ainda preservar de íntimo, de intacto, de imaculado, a máquina, nunca vista, a máquina, mas de esmagar, de triturar, de embrutecer os povos?

De tal modo que o perigo é imenso...

De tal modo que, se a Europa ocidental não toma de modo próprio em África, na Oceânia, em Madagáscar, isto é, às portas da África do Sul, nas Antilhas, isto é, às portas da América, a iniciativa duma política das *nacionalidades*, a iniciativa duma política nova fundada no respeito dos povos e das culturas; que digo eu? se a Europa não galvaniza as culturas moribundas ou não suscita culturas novas;

se não se torna despertadora de pátrias e civilizações, isto sem tomar em conta a admirável resistência dos povos coloniais, que o Vietname simboliza actualmente de maneira esplendorosa, assim como a África do R.D.A., a Europa terá perdido a sua derradeira *oportunidade* e, por suas próprias mãos, puxado sobre si o lençol das trevas mortais.

O que, claramente, quer dizer que a salvação da Europa não tem a ver com uma revolução nos métodos; tem a ver com a Revolução; aquela que, à espera da sociedade sem classes, substituirá a estreita tirania duma burguesia desumanizada pela preponderância da única classe que tem ainda missão universal, porque na sua carne sofre de todos os males da História, de todos os males universais: o proletariado.